

BALANÇO PATRIMONIAL

0403 PESSEGO TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 20.589.286/0001-08

FOLHA: 000001

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

1 - ATIVO		
1.1 - CIRCULANTE		
1.1.1 - DISPONIVEL		
1.1.1.01 - CAIXA E BANCOS		
1.1.1.01.01 - NUMERÁRIOS EM CAIXA		
1.1.1.01.01.001 - CAIXA		381.256,85 D
NUMERÁRIOS EM CAIXA		<u>381.256,85 D</u>
1.1.1.01.02 - BANCOS		
1.1.1.01.02.003 - BANCO BRADESCO - C/C 9.988-0		1,00 D
BANCOS		<u>1,00 D</u>
1.1.1.02 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA		
1.1.1.02.01 - APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQUIDEZ IMEDIATA		
1.1.1.02.01.001 - APLICAÇÃO BB - CURTO PRAZO 200		685.156,60 D
1.1.1.02.01.002 - OUROCAP - BB		214.990,22 D
1.1.1.02.01.003 - APLICAÇÃO - BRADESCO		341,70 D
1.1.1.02.01.004 - APLICAÇÃO BB RENDA FIXA		31.507,90 D
1.1.1.02.01.005 - TITULO DE CAPITALIZAÇÃO		442,77 D
APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQUIDEZ IMEDIATA		<u>932.439,19 D</u>
1.1.2 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
1.1.2.01 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
1.1.2.01.01 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
1.1.2.01.01.001 - APLICAÇÃO BRADESCO - VGBL		259.710,71 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		<u>259.710,71 D</u>
1.1.3 - CONTAS A RECEBER		
1.1.3.01 - CONTAS A RECEBER		
1.1.3.01.01 - CONTAS A RECEBER		
1.1.3.01.01.001 - SPTRANS		4.620.467,91 D
CONTAS A RECEBER		<u>4.620.467,91 D</u>
1.1.4 - OUTROS CRÉDITOS		
1.1.4.01 - ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		
1.1.4.01.01 - ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		
1.1.4.01.01.001 - ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		146.632,90 D
1.1.4.01.01.003 - ADIANTAMENTO SERVIÇOS DE TRANSPORTES		3.549.611,07 D
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		<u>3.696.243,97 D</u>
1.1.4.05 - VALORES E CRÉDITOS VINCULADOS		
1.1.4.05.01 - VALORES E CRÉDITOS VINCULADOS		
1.1.4.05.01.001 - TITULOS PUBLICOS		8.279.827,14 D
VALORES E CRÉDITOS VINCULADOS		<u>8.279.827,14 D</u>
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE		
1.2.1 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
1.2.1.05 - DEPÓSITOS RESTITUTÍVEIS E VALORES VINCUL		
1.2.1.05.02 - BLOQUEIO JUDICIAIS		
1.2.1.05.02.001 - BLOQUEIO JUDICIAL		858.351,23 D
BLOQUEIO JUDICIAIS		<u>858.351,23 D</u>
1.2.2 - INVESTIMENTOS		
1.2.2.02 - OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES		
1.2.2.02.01 - OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES		

BALANÇO PATRIMONIAL

0403 PESSEGO TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 20.589.286/0001-08

FOLHA: 000002

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

1.2.2.02.01.001 - CONSÓRCIO	804.466,00 D
1.2.2.02.01.002 - COMPROMISSO DE INVESTIMENTOS - SPTRANS	730.339,67 D
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	1.534.805,67 D
1.2.3 - IMOBILIZADO	
1.2.3.01 - BENS EM OPERAÇÃO	
1.2.3.01.02 - VEÍCULOS	
1.2.3.01.02.001 - VEÍCULOS DE PASSAGEIROS MICRO ONIBUS	108.559.669,92 D
1.2.3.01.02.002 - VEÍCULOS DE SUPORTE OPERACIONAL	48.727,00 D
VEÍCULOS	108.608.396,92 D
1.2.3.01.03 - OUTROS BENS DE APOIO	
1.2.3.01.03.001 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	317.607,64 D
1.2.3.01.03.002 - FERRAMENTAS DURÁVEIS	18.826,05 D
1.2.3.01.03.003 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	284.009,69 D
1.2.3.01.03.005 - BILHETAGEM ELETRÔNICA - AVL	1.419.544,75 D
1.2.3.01.03.007 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	17.621,02 D
1.2.3.01.03.008 - EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO	3.247,16 D
OUTROS BENS DE APOIO	2.060.856,31 D
1.2.3.01.05 - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	
1.2.3.01.05.003 - (-) VEÍCULOS DE PASSAGEIROS MICRO ÔNIBUS	39.077.492,25 C
1.2.3.01.05.006 - (-) EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	17.620,80 C
1.2.3.01.05.007 - (-) MÓVEIS E UTENSÍLIOS	15.136,80 C
1.2.3.01.05.009 - (-) BILHETAGEM ELETRÔNICA - AVL	260.671,53 C
1.2.3.01.05.010 - (-) MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	4.007,69 C
1.2.3.01.05.011 - (-) EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	3.247,16 C
1.2.3.01.05.012 - (-) FERRAMENTAS DURÁVEIS	8.854,08 C
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	39.387.030,31 C
Total do ATIVO	91.845.326,59 D
2 - PASSIVO	
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	
2.1.1 - CONTAS A PAGAR	
2.1.1.01 - CONTAS A PAGAR	
2.1.1.01.01 - CONTAS A PAGAR	
2.1.1.01.01.001 - CONTAS DE CONSUMO	76.833,00 C
CONTAS A PAGAR	76.833,00 C
2.1.2 - VALORES A PAGAR	
2.1.2.01 - VALORES A PAGAR	
2.1.2.01.01 - FORNECEDORES	
2.1.2.01.01.001 - FORNECEDORES	1.068.351,98 C
2.1.2.01.01.002 - FORNECEDORES - DIESEL	3.625.599,63 C
2.1.2.01.01.003 - FORNECEDORES - PRESTADORES DE SERVIÇOS	121.606,66 C
FORNECEDORES	4.815.558,27 C
2.1.2.01.03 - TÍTULOS PÚBLICOS	
2.1.2.01.03.001 - TÍTULOS PÚBLICOS	395.381,04 C
TÍTULOS PÚBLICOS	395.381,04 C
2.1.2.02 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	
2.1.2.02.01 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	
2.1.2.02.01.001 - SEGUROS VEÍCULOS	1.266.321,24 C
2.1.2.02.01.002 - SINDICATO DE FUNCIONÁRIOS	291.567,97 C

BALANÇO PATRIMONIAL

0403 PESSEGO TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 20.589.286/0001-08

FOLHA: 000003

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

OUTRAS CONTAS A PAGAR		1.557.889,21 C
2.1.2.03 - SERVIÇOS PROFISSIONAIS		
2.1.2.03.01 - SERVIÇOS PROFISSIONAIS		
2.1.2.03.01.001 - SERVIÇOS DE CONTABILIDADE		19.030,00 C
2.1.2.03.01.003 - SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA		10.000,00 C
SERVIÇOS PROFISSIONAIS		29.030,00 C
2.1.3 - OBRIGAÇÕES FISCAIS		
2.1.3.01 - TRIBUTOS A RECOLHER		
2.1.3.01.01 - TRIBUTOS FEDERAIS		
2.1.3.01.01.003 - IRPJ A RECOLHER		5.195.930,28 C
2.1.3.01.01.004 - CSLL A RECOLHER		1.817.809,61 C
2.1.3.01.01.005 - IRRF A RECOLHER		202.086,98 C
2.1.3.01.01.006 - IRF RETIDO - JCP		176.470,60 C
TRIBUTOS FEDERAIS		7.392.297,47 C
2.1.4 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA		
2.1.4.01 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA		
2.1.4.01.01 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA		
2.1.4.01.01.001 - SALÁRIOS		1.053.587,77 C
2.1.4.01.01.002 - INSS A RECOLHER		10.953.325,16 C
2.1.4.01.01.003 - FGTS A RECOLHER		3.022.307,43 C
2.1.4.01.01.005 - RESCISÕES A PAGAR		109.137,16 C
2.1.4.01.01.006 - FÉRIAS A PAGAR		97.882,21 C
2.1.4.01.01.008 - PENSÃO ALIMENTÍCIA		29.344,36 C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA		15.265.584,09 C
2.1.8 - OBRIGAÇÕES EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
2.1.8.01 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS		
2.1.8.01.01 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS		
2.1.8.01.01.002 - FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS		968.852,80 C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS		968.852,80 C
2.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
2.2.1 - EXIGIVEL LONGO PRAZO		
2.2.1.02 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
2.2.1.02.01 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
2.2.1.02.01.002 - FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS		12.300.995,60 C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		12.300.995,60 C
2.3 - PATRIMONIO LIQUIDO		
2.3.1 - CAPITAL SOCIAL		
2.3.1.01 - CAPITAL SOCIAL		
2.3.1.01.01 - CAPITAL SOCIAL		
2.3.1.01.01.002 - CAPITAL SOCIAL- DANILO MORILIO DA SILVA		22.266.110,00 C
2.3.1.01.01.005 - CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR		40.000.000,00 D
2.3.1.01.01.006 - CAPITAL SOCIAL-RONALDO RODRIGUES D COSTA		22.266.110,00 C
2.3.1.01.01.007 - CAPITAL SOCIAL - TARCIANO BEZERRA CAIANO		22.267.780,00 C
CAPITAL SOCIAL		26.800.000,00 C
2.3.4 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.3.4.01 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.3.4.01.01 - RESULTADOS ACUMULADOS		
2.3.4.01.01.001 - PREJUÍZOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.003.771,88 D
2.3.4.01.01.002 - RESULTADO DE PERÍODO		23.246.676,99 C

BALANÇO PATRIMONIAL

0403 PESSEGO TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 20.589.286/0001-08

FOLHA: 000004

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

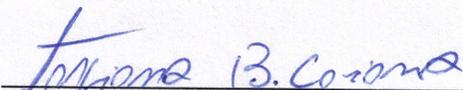
RESULTADOS ACUMULADOS

22.242.905,11 C

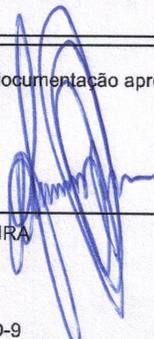
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO...

91.845.326,59 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2020 conforme documentação apresentada.



TÁRCIANO BEZERRA CAIANO
FUNÇÃO: SOCIO ADMINISTRADOR
RG: 38393569
CPF: 331.323.708-86



ANDRE BARAUNA VIEIRA
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 162.995.288-50
CT/CRC: 1SP211.634/O-9

Andre Barauna Vieira
CPF 162.995.288 - 50
CRC 1SP 211.634

Pêssego Transportes Ltda.
Notas Explicativas em 31 de dezembro
(Em R\$)

1. Contexto operacional

A PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA., empresa devidamente localizada a AVENIDA JACU-PESSEGO Nº 581 – ITAQUERA – SÃO PAULO – SP – CEP: 08260-005, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.286/0001-08, é uma Sociedade Empresária Limitada com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal.

Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT.

Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano.

O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema

de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015.

2. **Base de elaboração**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. **Base de preparação das demonstrações contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo.

(c) **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia procede ao teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2020 não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

(d) **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

(e) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(f) **Instrumentos financeiros**

O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral, excedente de R\$ 60 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável;

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor

em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

5. **Gerenciamento de risco financeiro**

(a) **Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) **Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio.

(c) **Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida.

A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços.

Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(d) **Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

(e) Risco de taxas de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

7. Plano de contas

O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS – São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional.

3. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.
- Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 – Definição de materialidade. Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

9. Caixa e equivalentes em caixa

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	381.257,85	60,54
Aplicações financeiras	<u>1.192.149,90</u>	<u>572.446,09</u>
Total	<u>1.573.407,75</u>	<u>572.506,63</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10. Contas a receber

Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

11. Investimentos

Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

12. Imobilizado

O Imobilizado da empresa é composto na conta contábil "Veículos de Passageiro Micro Ônibus" da tecnologia "Mini ônibus, Mídi ônibus e Básico" tanto com ar condicionado e sem ar condicionado, com o valor contabilizado de R\$ 108.559.669,92, onde ocorreu depreciação ao valor de R\$ 39.077.492,25, para os veículos que compõe a frota própria. Temos uma frota operacional de 510 veículos, composta por 383 de veículos próprios, sendo os demais locados de empresas terceirizadas, conforme contrato de prestação de serviços entre as partes.

13. Obrigações tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS/COFINS/CSLL a recolher	-	52.725
IRPJ a recolher	5.195.930	3.087.809
CSLL a recolher	1.817.810	1.058.886
IRRF a recolher	202.087	380.342
IRF RETIDO – JCP	176.470	176.470
Total	<u>7.392.297</u>	<u>4.756.232</u>

14. Obrigações trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	1.053.588	1.133.420
INSS a recolher	10.953.326	13.777.889
FGTS a recolher	3.022.307	3.847.694
Rescisões a pagar	109.137	81.212
Outras	127.226	146.407,00
Total	<u>15.265.584</u>	<u>18.986.622</u>

15. Parcelamentos previdenciários

Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2015 a julho de 2016, em 120 meses.

16. Financiamentos

Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.m..

17. Patrimônio líquido

Não houve alteração no Capital Social e sua composição continua com o valor integralizado de R\$ 26.800.000,00 e a integralizar no valor de R\$ 40.000.000,00 com prazo estipulado pelos sócios até 30/09/2021 conforme alteração contratual registrada na JUCESP sob o nº 199.052/19-0 de 05/04/2019.

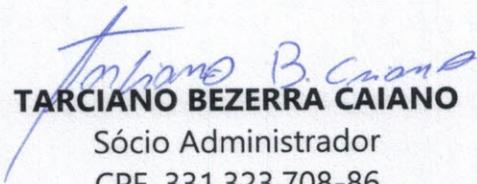
18. Informações suplementares

Em 31 de dezembro de 2020, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices financeiros apresentados pela administração são:

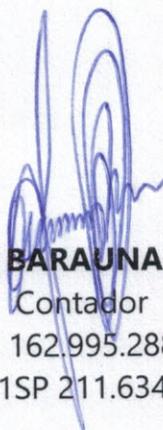
ÍNDICES CONTÁBEIS	FÓRMULAS	Índice calculado 2020	Mínimo exigido	Índice calculado 2019	Mínimo exigido
LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{18.169.946,77}{30.501.425,88}$ 0,60	$\geq 0,60$	$\frac{19.351.057,81}{30.520.439,96}$ 0,63	$\geq 0,60$
LIQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$	$\frac{19.028.298,00}{42.802.421,48}$ 0,44	$\geq 0,60$	$\frac{19.832.748,89}{43.138.989,12}$ 0,46	$\geq 0,60$
LIQUIDEZ SECA	$\frac{\text{AC} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{18.169.946,77}{30.501.425,88}$ 0,60	$\geq 0,60$	$\frac{19.351.057,81}{30.520.439,96}$ 0,63	$\geq 0,60$
ENDIVIDAMENTO TOTAL	$\frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{42.802.421,48}{91.845.326,59}$ 0,47	$\leq 0,60$	$\frac{43.138.989,12}{76.635.996,51}$ 0,56	$\leq 0,60$
QUOCIENTE DE SOLVÊNCIA	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{PT} - \text{PL}}$	$\frac{91.845.326,59}{42.802.421,48}$ 2,15	$\geq 1,25$	$\frac{76.635.996,51}{43.138.989,12}$ 1,78	$\geq 1,25$

19. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.


TARCIANO BEZERRA CAIANO

Sócio Administrador
 CPF. 331.323.708-86


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA

Contador
 CPF. 162.995.288-50
 CRC 1SP 211.634/O-9



Pêssego Transportes Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro

(Em R\$)

Das Atividades Operacionais

	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
(+) Recebimentos de clientes	218.129.584,44	235.707.979,75
(-) Pagamentos a fornecedores	(42.937.692,17)	(19.300.805,99)
(-) Pagamentos a funcionários	(56.421.267,49)	(48.537.974,17)
(-) Pagamento de impostos	(3.376.968,68)	(4.542.924,50)
(-) Valores bloqueados judicialmente	-	-
(-) Pagamento de carta de crédito	-	-
(+) Recebimentos de receita financeira	26.019,04	12.422,95
(-) Pagamento das despesas financeiras	(1.245.977,60)	(1.236.596,69)
(-) Pagamentos a credores diversos	(76.371.954,30)	(137.469.296,76)
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	37.749.705,16	24.632.804,59

Das Atividades de Investimentos

(-) Investimentos em terminais	(730.339,67)	(321.855,24)
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(37.139.827,72)	(22.761.999,40)
(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos	(37.870.167,39)	(23.083.854,64)

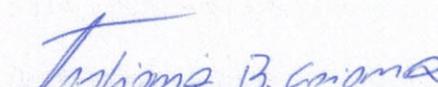
Das Atividades de Financiamentos

(+) Novos empréstimos e financiamentos	-	-
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.464.462,56)
(-) Pagamento de dividendos	-	-
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	(120.462,33)	(1.464.462,56)

Aumento nas disponibilidades

DISPONIBILIDADES- no início do exercício	60,54	84.487,39
DISPONIBILIDADES- no final do exercício	381.257,85	60,54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


TARCIANO BEZERRA CAIANO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 331.323.708-86


ANDRE BARAUNA VIEIRA
CONTADOR
CPF: 162.995.288-50
CRC 1SP 211.634/O-9



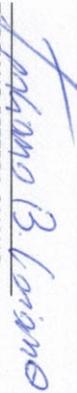
Pêssego Transportes Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro

(Em R\$)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva Capital	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	66.800.000,00	40.000.000,00	-	6.697.007,39	33.497.007,39
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.545.897,72	15.545.897,72
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.800.000,00	40.000.000,00	-	22.242.905,11	49.042.905,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


TARCIANO BEZERRA CAIANO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 331.323.708-86


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CONTADOR
CPF: 162.995.288-50
CRC 1SP 211.634/O-9

Pêssego Transportes Ltda.CNPJ: 20.589.286/0001-08 - NIRE: 35.228.541.670
Demonstrações Financeiras (Valores em R\$)

Balço Patrimonial			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31/12/2020					
Ativo	Notas	2020	2019	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva Capital	Resultados Acumulados	Total
Circulante		18.169.946,77	19.351.057,81	66.800.000,00	40.000.000,00	-	6.697.007,39	33.497.007,39
Disponível	8	381.257,85	60,54	-	-	-	15.545.897,72	15.545.897,72
Aplicações financeiras	8	1.192.149,90	572.446,09	-	-	-	22.242.905,11	49.042.905,11
Clientes	9	4.620.467,91	3.401.609,06	-	-	-	-	-
Outros Créditos		11.976.071,11	15.376.942,12	-	-	-	-	-
Não circulante		72.817.028,59	56.803.247,62					
Realizável a longo prazo		858.351,23	481.691,08					
Bloqueio judicial		858.351,23	481.691,08	-	-	-	-	-
Investimentos	10	1.534.805,67	1.095.147,86	-	-	-	-	-
Imobilizado	11	110.669.253,23	84.312.277,79	-	-	-	-	-
(-) Depreciação acumulada	11	(39.387.030,31)	(28.604.178,03)	-	-	-	-	-
Total do Ativo		91.845.326,59	76.635.996,51					
Passivo e Patrimônio Líquido		91.845.326,59	76.635.996,51					
Circulante		30.501.425,88	30.520.439,96					
Fornecedores		6.874.691,52	5.957.979,94	-	-	-	-	-
Empréstimos	14	968.852,80	722.593,94	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	12	7.392.297,47	4.853.243,18	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	13	15.265.584,09	18.986.622,90	-	-	-	-	-
Não circulante		12.300.995,60	12.618.549,16					
Financiamentos	15	12.300.995,60	12.618.549,16	-	-	-	-	-
Parcelamentos previdenciários	16	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido		49.042.905,11	33.497.007,39					
Capital social	17	66.800.000,00	66.800.000,00	-	-	-	-	-
Capital Social a Integralizar	17	(40.000.000,00)	(40.000.000,00)	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	17	22.242.905,11	6.697.007,39	-	-	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**1. Contexto operacional: A Pêssego Transportes Ltda.**

empresa devidamente localizada a Avenida Jacu-Pêssego nº 581 - Itaquerá - São Paulo - SP - CEP: 08260-005, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.286/0001-08, é uma Sociedade Empresária Limitada com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo:

a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares;

b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único;

c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência;

d) operações dos terminais de integração e estações de transferência;

e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros;

f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015.

2. Base de elaboração:

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis:

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Caixa e equivalentes de caixa:

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo.

(c) Imobilizado:

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia procede ao teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2020 não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

(d) Empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

(e) Apuração do resultado:

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(f) Instrumentos financeiros:

A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira.

(g) Imposto de renda e contribuição social:

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral, excedente de R\$ 60 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(h) Provisões:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem

Demonstração do Resultado do Exercício		2020	2019
Saldos em 31 de dezembro de 2019	66.800.000,00	40.000.000,00	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.800.000,00	40.000.000,00	-
Receita líquida de serviços prestados	218.129.584,44	235.707.979,75	
(-) Custos operacionais	(164.857.281,35)	(203.160.956,83)	
Lucro operacional bruto	53.272.303,09	32.547.022,92	
Despesas administrativas	33.639.401,71	(19.980.900,17)	
Despesas operacionais	(78.971,37)	(301.314,74)	
Despesas administrativas	(33.050.506,76)	(19.136.896,57)	
Despesas tributárias	(509.923,58)	(542.688,86)	
Lucro antes do resultado financeiro	19.632.901,38	12.566.122,75	
Receitas financeiras	26.019,04	12.422,95	
Despesas financeiras	(1.245.977,60)	(1.236.596,69)	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	18.412.942,82	11.341.949,01	
IRPJ/CSLL	(2.867.045,10)	(4.000.235,64)	
Lucro líquido do exercício	15.545.897,72	7.341.713,37	
Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019	
Lucro Líquido do Exercício	15.545.897,72	7.341.713,37	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	15.545.897,72	7.341.713,37	

uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões judiciais necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Redução ao valor recuperável de ativos:

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

6. Gerenciamento de risco financeiro: (a) Considerações gerais:

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamento de riscos:

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio.

(c) Risco de crédito:

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(d) Risco de liquidez:

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

(e) Risco de taxas de juros:

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

7. Plano de contas:

O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional.

8. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível.

18. Informações suplementares:

Em 31 de dezembro de 2020, a partir dos saldos apresentados no Balço Patrimonial, os índices financeiros apresentados pela administração são:

Índices Contábeis	Fórmulas	Índice calculado 2020	Mínimo exigido	Índice calculado 2019	Mínimo exigido
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	18.169.946,77	≥ 0,60	19.351.057,81	0,63
	Passivo Circulante	30.501.425,88		30.520.439,96	
Liquidez Geral	AC + RLP	19.028.298,00	≥ 0,60	19.832.748,89	0,46
	PC + ELP	42.802.421,48		43.138.989,12	
Liquidez Seca	AC - Estoques	18.169.946,77	≥ 0,60	19.351.057,81	0,63
	Passivo Circulante	30.501.425,88		30.520.439,96	
Endividamento Total	PC + ELP	42.802.421,48	≥ 0,60	43.138.989,12	0,56
	Ativo Total	91.845.326,59		76.635.996,51	
Quociente de Solvência	Ativo Total	91.845.326,59	≥ 1,25	76.635.996,51	1,78
	PT - PL	42.802.421,48		43.138.989,12	

19. Cobertura de seguros:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

9. Caixa e equivalentes em caixa - Descrição

Caixa e bancos 381.257,85 60,54

Aplicações financeiras 1.192.149,90 572.446,09

Total 1.573.407,75 572.506,63

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10. Contas a receber:

Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

11. Investimentos:

Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5 do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participação.

12. Imobilizado:

O Imobilizado da empresa é composto na conta contábil "Veículos de Passageiro Micro Ônibus" da tecnologia "Mini ônibus, Mídi ônibus e Básico" tanto com ar condicionado e sem ar condicionado, com o valor contabilizado de R\$ 108.559.669,92, onde ocorre depreciação ao valor de R\$ 39.077.492,25, para os veículos que compõem a frota própria. Temos uma frota operacional de 510 veículos, composta por 383 de veículos próprios, sendo os demais locados de empresas terceirizadas, conforme contrato de prestação de serviços entre as partes.

13. Obrigações tributárias - Descrição

PIS/COFINS/CSLL a recolher - 52.725

IRPJ a recolher 5.195.930 3.087.809

CSLL a recolher 1.817.810 1.058.886

IRRF a recolher 202.087 380.342

IRF RETIDO - JCP 176.470 176.470

Total 7.392.297 4.756.232

14. Obrigações trabalhistas - Descrição

Salários a pagar 1.053.588 1.133.420

INSS a recolher 10.953.326 13.777.889

FGTS a recolher 3.022.307 3.847.694

Rescisões a pagar 109.137 81.212

Outras 127.226 146.407,00

Total 15.265.584 18.986.622

15. Parcelamentos previdenciários:

Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2015 a julho de 2016, em 120 meses.

16. Financiamentos:

Refere-se aos contratos de empréstimos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.m.

17. Patrimônio líquido:

Não houve alteração no Capital Social e sua composição continua com o valor integralizado de R\$ 26.800.000,00 e a integralizar no valor de R\$ 40.000.000,00 com prazo estipulado pelos sócios até 30/09/2021 conforme alteração contratual registrada na JUCESP sob o nº 199.052/19-0 de 05/04/2019.

A Companhia pretende adotá-las se cabível.

18. Informações suplementares:

...continuação		Pêssego Transportes Ltda - Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020	
operações. Responsabilidade do auditor independente: O objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo minha opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exerceo julgamento profissional e mantenho ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identifiquei e avalei os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejei e executei os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtive evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar minha opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtive entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliei a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluí sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluir que existe incerteza relevante, devo chamar atenção em meu relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em minha opinião, se as divulgações forem inadequadas. Minha conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de meu relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliei a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comuniquei-me com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante meu trabalho. São Paulo, 04 de junho de 2021.			
			Libretti Consultoria, Auditoria e Perícia Contábil - CRC2SP035793/O-2 Paula Libretti do Gando - CRC1SP307549/O-2

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 31 de março de 2021. **HORÁRIO:** 10h10min, Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466 - 1º andar, São Paulo - SP. **PRESEÇA:** **1)** Acionistas titulares de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto; **2)** Administradores da Sociedade, representante do Conselho Fiscal e o Sr. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - CRC 1SP252419/O-0, representante da KPMG Auditores Independentes. **MESA:** Christophe Yvan François Cadier - Presidente. Marco Aurélio Neto Arnes - Secretário. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **I - ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** **1.** Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras (BRGAAP e IFRS), o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar as distribuições de juros sobre o capital próprio relativas ao 1º e 2º semestres de 2020; **3.** Examinar, discutir e votar as verbas máximas destinadas à remuneração dos Administradores para o período de maio/2021 a abril/2022, conforme proposta do Comitê de Remuneração; e **4.** Se assim deliberado, instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes e fixar suas respectivas remunerações. **II - ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para aumentar o capital social em R\$15.668.000,00 (quinze milhões, seiscentos e sessenta e oito mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", e aprovar a correspondente reforma estatutária. **III - PUBLICAÇÕES:** **1.** Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020: Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, edição de 26 de fevereiro de 2021; e **2.** Editais de Convocação: Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 02, 03 e 04 de março de 2021, páginas 58, 31 e 65 respectivamente; e Valor Econômico, edições de 02, 03 e 04 de março de 2021, páginas E7, E18 e E3, respectivamente. **IV - LEITURA DE DOCUMENTOS:** Todos os documentos citados acima, incluindo as Publicações, a Proposta da Diretoria e os pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram lidos e colocados à disposição dos acionistas. Destacou-se ainda que, além das publicações nos jornais antes referidos, foi efetuada a publicação tempestiva, por meio dos sites da Comissão de Valores Mobiliários e do Conglomerado Alfa na Internet, das informações sobre a Sociedade e dos mapas sintéticos de votação a distância exigidos pelas Instruções CVM nºs 480 e 481, conforme alteradas. O Presidente da Mesa leu o mapa sintético de votação a distância consolidado, deixando-o à disposição para análise dos presentes. **V - DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** Após análise e discussão, os acionistas, com abstenção dos legalmente impedidos, deliberaram por unanimidade: **1.** Aprovar as contas dos Administradores, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras (BRGAAP e IFRS), o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020; **2.** Homologar a destinação do lucro líquido do exercício, já refletida nas Demonstrações Financeiras, sendo a importância de R\$2.524.884,92 (dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para "Reserva Legal" e o saldo remanescente do lucro líquido, de R\$47.972.813,46 (quarenta e sete milhões, novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e treze reais e quarenta e seis centavos) para "Reservas Estatutárias" e distribuição, a saber: R\$25.939.170,38 (vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais e oito centavos) para "Reserva para Aumento de Capital" e R\$2.882.130,05 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e trinta reais e cinco centavos) para "Reserva Especial para Dividendos", bem como ratificar o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$19.151.513,03 (dezenove milhões, cento e cinquenta e um mil, quinhentos e treze reais e três centavos) já distribuídos, relativos ao 1º e 2º semestres de 2020 e imputados ao valor do dividendo obrigatório de 2020; **3.** Fixar em até R\$783.750,00 (setecentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), livre do imposto de renda na fonte, a média mensal da verba máxima para remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do Estatuto Social e de acordo com a proposta do Comitê de Remuneração, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros e os da Diretoria, podendo ainda a Sociedade proporcionar aos seus administradores os benefícios já previstos e limitados na Política de Remuneração dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração. Essa verba vigorará a partir de maio de 2021, inclusive, e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV ou de outros que venham a substituí-los; **4.** Instalar o Conselho Fiscal, considerando que, pelo Estatuto Social, seu funcionamento não é permanente, bem como eleger os seus membros com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022; **4.1.** O acionista Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações, na qualidade de acionista minoritário titular de ações ordinárias, manifestou, por meio de seu representante, sua intenção de eleger um Conselheiro, em votação em separado (excluído o acionista controlador), reelegendo como Membro Efetivo, o Sr. **PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO** (CPF/MF nº 694.546.208-00 e RG nº 5.312.732 - SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com

endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1982, 6º andar - conjunto 603, Pinheiros; e como respectivo Suplente o Sr. **JUSCELINO SILVIO FLORIDO** (CPF/MF nº 018.696.908-26 - RG nº 10.366.363 - SSP-SP), brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, bancário, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466; **4.2.** Os acionistas Valter dos Santos e Nelson Marcelino, na qualidade de acionistas minoritários titulares de ações preferenciais sem direito a voto, manifestaram a intenção de eleger mais um Conselheiro, em votação em separado (excluído o acionista controlador), reelegendo a si próprios, conforme segue: como Membro Efetivo, o Sr. **NELSON MARCELINO** (CPF/MF nº 279.391.708-72 - RG nº 3.724.674-4 - SSP-SP), brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, consultor, residente e domiciliado em São Paulo - SP, na Rua Agostinho Gomes, nº 2481, apartamento 152; e como respectivo Suplente, o Sr. **VALTER DOS SANTOS**, (CPF/MF nº 805.308.778-72 e RG nº 7.909.432-6 - SSP/SP), brasileiro, viúvo, bancário, residente e domiciliado em Guarulhos - SP, na Rua Cabo João Teruel Fregoni, nº 307, casa 10, Quadra 01, Ponte Grande. **4.3.** Os demais acionistas com direito a voto reelegeram os seguintes Conselheiros, a saber, como membros Efetivos: os Srs. **AILTON CARLOS CANETTE** (CPF/MF nº 287.580.728-53 - RG nº 5.680.643 - SSP-SP), brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo - SP, na Rua Pintassilgo, nº 36, apartamento 51, Moema; e **FERNANDO PINTO DE MOURA** (CPF/MF nº 039.593.927-53 - RG nº 37.642.957-4 - IFP-RJ), brasileiro, separado judicialmente, economista, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466 - 4º andar; e, como respectivos Suplentes o Sr. **WILSON ROBERTO BODANI FELLIN** (CPF/MF nº 052.488.418-87 e RG nº 3.340.391-SSP-SP), brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, advogado, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Rua Oscar Freire, nº 1549, apartamento 134; e o Sr. **HUGO ANTÔNIO DE CAMPOS FERREIRA** (CPF/MF 176.082.638-30, RG nº 31526901585770 - SSP-GO), brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com escritório na Avenida Presidente Vargas, nº 3333, Vila Maria, Rio Verde - GO; **4.4.** Os acionistas deliberaram ainda que cada membro efetivo do Conselho Fiscal, quando em exercício, receberá a remuneração mensal mínima prevista em lei e, para cada membro suplente, a remuneração será de R\$2.403,50 (dois mil, quatrocentos e três reais e cinquenta centavos) mensais; e **4.5.** Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional e na Instrução nº 367/02 da Comissão de Valores Mobiliários, e não estão incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Sociedade. **VI - DELIBERAÇÃO TOMADA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Após análise e discussão, os acionistas deliberaram por unanimidade aprovar o aumento do capital social em R\$15.668.000,00 (quinze milhões, seiscentos e sessenta e oito mil reais), elevando-o de R\$473.930.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões, novecentos e trinta mil reais) para R\$489.598.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e noventa e oito mil reais) mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", sem emissão de novas ações, tal como indicado na proposta da Diretoria e nos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, reformando o artigo 5º, "caput", do Estatuto Social, que passa a ser assim redigido: "**Artigo 5º** - O capital social é de R\$489.598.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e noventa e oito mil reais), dividido em 102.942.556 (cento e dois milhões, novecentas e quarenta e duas mil e quinhentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil e duzentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentas e oitenta e sete) preferenciais, inconversíveis em ordinárias.". Finalizando os trabalhos, a Assembleia deliberou, por unanimidade, publicar a ata deste conclave, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 130 da Lei de Sociedades por Ações. Lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. MESA: Christophe Yvan François Cadier - Presidente da Mesa. Marco Aurélio Neto Arnes - Secretário. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. KPMG Auditores Independentes. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo. MEMBRO DO CONSELHO FISCAL. Paulo Caio Ferraz de Sampaio. OS ACIONISTAS: p.p. ALFA HOLDINGS S.A. Marco Aurélio Neto Arnes. José Elanir de Lima. p.p. CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Marco Aurélio Neto Arnes. José Elanir de Lima. p.p. ADMINISTRADORA FORTALEZA LTDA. José Elanir de Lima, Flávio Márcio Passos Barreto. ALASKA POLAND FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES. Acácio Roboredo. Fabio Alberto Amorosino. Christophe Yvan François Cadier. Nelson Marcelino. Valter dos Santos. Argucia Endowment Fundo de Investimento Multimercado. Christophe Yvan François Cadier. Felipe Barbosa da Silveira e Silva. Argucia Income Fundo de Investimento em Ações. Christophe Yvan François Cadier. Felipe Barbosa da Silveira e Silva. Argucia Quark Fundo de Investimento Multimercado. Christophe Yvan François Cadier. Felipe Barbosa da Silveira e Silva. Esta ata é cópia da original lavrada em livro próprio. **Antonio José Ambrozano Neto** - Diretor. **Fabiano Siqueira de Oliveira** - Diretor. **JUCESP** nº 297.298/21-5 em 23/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

F.A. PARTICIPAÇÕES LTDA.

C.N.P.J./M.F. 07.751.436/0001-61

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Quotistas: Submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)						DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019			
Circulante	97	160	Circulante	22	15			
Caixa e equivalentes de caixa	38	119	Fornecedores	1	1			
Créditos	59	41	Outras obrigações	21	14			
Não circulante	11	11	Não circulante	2.707	2.139			
Créditos com pessoas ligadas	11	11	Dívidas com pessoas ligadas	2.707	2.139			
Ativo permanente	264.104	266.023	Patrimônio líquido	261.483	264.040			
Investimentos	263.747	266.020	Capital social	32.462	32.462			
Imobilizado	357	3	Reserva de lucros	229.021	231.578			
Total do Ativo	264.212	266.194	Total do Passivo	264.212	266.194			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos / lucros acumulados	Total		2020	2019	
Em 31 de dezembro de 2018	32.462	224.295	-	256.757				
Lucro do exercício	-	-	7.356	7.356				
Dividendos	-	(73)	-	(73)				
Transferência para reserva de lucros	-	7.356	(7.356)	-				
Em 31 de dezembro de 2019	32.462	231.578	-	264.040				
Prejuízo do exercício	-	-	(2.558)	(2.558)				
Transferência para reserva de lucros	-	(2.558)	2.558	-				
Em 31 de dezembro de 2020	32.462	229.021	-	261.483				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional: A Empresa tem por objeto a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As presentes demonstrações contábeis e financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Empresa. As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Ltda., estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. **3. Principais práticas contábeis:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias a índices oficiais, incidentes sobre ativos e passivos. Do resultado é deduzida a parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social. Os demais ativos são apresentados aos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e a provisão para perdas. O Imobilizado é demonstrado ao custo, sendo que a depreciação é calculada pelo método linear, às taxas usuais de mercado. Os Passivos circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

4. Sociedades investidas: Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **5. Capital social:** O capital social totalmente integralizado monta R\$ 32.461.696,00, representado por 32.461.696 quotas no valor unitário de R\$ 1,00 cada uma. **6. Reserva de lucros:** A destinação da reserva de lucros deverá entrar na pauta da próxima reunião dos sócios. **7. Imposto de renda e contribuição social:** Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro real anual. A base de cálculo do imposto de renda é o resultado positivo do período compreendido entre janeiro a dezembro de 2020. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 20 mil no mês, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **8. Instrumentos financeiros:** A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Empresa, visando maximizar a rentabilidade de negócio para o cotista. Os principais instrumentos financeiros da Empresa estão representados por: a) Caixa e equivalentes de caixa; e b) Contas a pagar. Esses instrumentos, devido à sua natureza, às condições e aos prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	2020	2019
(Despesas) e receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(288)	(167)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.272)	7.504
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.560)	7.337
Resultado financeiro	2	19
Receitas financeiras	2	19
Lucro / prejuízo líquido do exercício	(2.558)	7.356
Resultado líquido por quota (em reais)	(0,079)	0,227

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Prejuízo do exercício	(2.558)	7.356
Depreciação	66	3
Equivalência patrimonial	2.273	(7.504)
Diminuição (aumento) nos ativos operacionais		
Créditos tributários	16	(4)
Adiantamento a fornecedores	(15)	-
Créditos com pessoas ligadas	-	(9)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1)	(1)
Obrigações fiscais	75	14
Provisão de IRPJ / CSLL	(1)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(161)	(145)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(420)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(420)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dívidas com pessoas ligadas	500	(104)
Lucros distribuídos	-	(73)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	500	(177)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(81)	(322)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	119	441
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38	119
Varição do caixa e equivalentes de caixa	(81)	(322)

DIRETORIA	
Ana Fava Auriemo - Administradora	
Salvador Marotta - Técnico CRC 1-SP 124.433/O-5	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

AOS ADMINISTRADORES
À PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA.

Introdução

Examinei as demonstrações contábeis da Companhia PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas pela empresa.

Opinião

Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade PÊSSEGO TRANSPORTES LTDA., no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tanto quanto o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Minha responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção intitulada "Responsabilidade do Auditor Independente",

apresentada anteriormente. Sou independente em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpro com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir tal elaboração, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; A administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor independente

O objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo minha opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exerço julgamento profissional e mantenho ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identifiquei e avaliei os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por procedimentos de fraude ou erro, planejei e executei os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtive evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar minha opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtive entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliei a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluí sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluir que existe incerteza relevante, devo chamar atenção em meu relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em minha opinião, se as divulgações forem inadequadas. Minha conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de meu relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliei a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comuniquei-me com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante meu trabalho.

São Paulo, 04 de junho de 2021.

PAULA LIBRETTI DO GANDO:37311057809
Assinado de forma digital por PAULA LIBRETTI DO GANDO:37311057809

LIBRETTI CONSULTORIA, AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL
CRC2SP035793/O-2
PAULA LIBRETTI DO GANDO
CRC1SP307549/O-2